
LIMA BARRETO: *DIABOLUS INTUS*Lima Barreto: *Diabolus Intus*Pedro Marques¹

RESUMO: O *Diário Íntimo*, de Lima Barreto (1881-1922), é notado aqui como ensaio para contos, crônicas ou romances, como texto com valor literário em si e enquanto documento histórico-biográfico. Não se coloca em disputa nenhuma noção de veracidade ou de mentira, apenas certa personalidade que se funda numa narrativa mais ou menos fragmentária. Se toda identidade possui algo de imaginativa, para o próprio indivíduo ou para aqueles que o circundam, essa vida humana, afinal, existe para a posteridade também como unidade psicossocial através dos textos.

PALAVRAS-CHAVES: Lima Barreto; memorialismo literário; escrita narrativa.

ABSTRACT: The *Diário Íntimo*, by Lima Barreto (1881-1922), will be approached here as a laboratory of short stories, chronicles or novels, as a text with literary value in itself and, also, as a historical-biographical document. No notion of truthfulness or lies will be put into dispute, the interest is a certain personality born from a more or less fragmentary narrative. If any identity has something fictional about it, for those around it and even for the individual himself, this human life will also exist for posterity as a psychosocial unit through texts.

KEYWORDS: Lima Barreto; memoirist literature; narrative writing.

I.

Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) enchia cadernos com notas de toda espécie. Depois de morto, parte desse conteúdo foi reunido sob um título genérico, útil a quem registre o dado cotidiano, ideias composicionais, tormentas entre o céu e a terra. Em 1953, aos cuidados de Francisco de Assis Barbosa, o material veio a público como *Diário Íntimo*, mas podia se chamar *Notas*, *Memórias* ou *Confissões*. O volume trazia ainda um “Diário de Hospício” e o romance inacabado “O Cemitério dos Vivos”, depois excluídos da edição a partir de 1956, preparada pelo mesmo organizador que, entretanto, acresceu excertos esparsos, como a “Primeira versão incompleta de Clara dos Anjos” e o capítulo “1910”. Além de dar

¹ Professor de Literatura Brasileira da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

autonomia e estrutura à obra, cuja seleção e ordem não são de Lima Barreto, Assis Barbosa definiu o memorialismo do autor em duas frentes de interesse biográfico-literário.

A primeira é a experiência manicomial vertida ou fundida em criação ficcional. O *Diário do Hospício* (1919-1920), breve e fragmentário, junto a crônicas correlatas, tencionariam *O Cemitério dos Vivos* (1920), por exemplo, enquanto genuína fatura literária. A reclusão hospitalar serviria à crítica como informe auxiliar ao discurso romanesco, como pé que reencontra a pegada. A voz confessional teria valor apenas como relato das afecções psíquicas desdobradas do alcoolismo. O volume (Ver LIMA BARRETO, 2017) organizado por Augusto Massi e Murilo Marcondes Moura é exemplar nesse sentido. Já a segunda frente relaciona-se ao perfil editorial, fixado no imaginário público e crítico tão logo surgido. Com assuntos diversificados, escaninhos do indivíduo doente e do escritor profissional, o *Diário Íntimo* veio a ser um dos livros da obra completa, na prática, lido como novela autobiográfica concebida pelo próprio Lima. Um arquivo, de todo modo, tornado incontornável aos estudiosos do autor, sobretudo a partir da década de 1970.

Se o *Hospício* é o ato final do alcoolismo que o derrotou aos quarenta e um anos, o *Íntimo* encena a formação psicológica e artística de um Lima Barreto que se ergue em ruínas, tal o Rio de Janeiro em constante reforma que o deforma. Lima expõe revoltas inversas à situação de custódia manicomial ou de opressão social; no hospício, o corpo preso libera a mente para planos literários; na vida em sociedade, o cidadão livre prende o intelectual a obrigações familiares e profissionais, ao preconceito racial, ao xadrez ideológico. Para Antônio Arnoni Prado, o hospício surge como “exílio na metáfora ou o limite possível do delírio anunciado no projeto [literário] de origem, mas bloqueado pelas instâncias da ordem” (2004, p. 221). Já o cotidiano do *Diário Íntimo* delinea uma ossada de conteúdos e estilos, precariedade exuberante que, exumada, não redonda no esqueleto do corpo havido, mas em cacos de obras pensadas e abandonadas, rastros de existência. Por isso, à medida que cruzamos informações de foro privado ou público, os pilares da crítica centrada na primazia da ficção se abalam. O depoimento registra ou fabula as tensões psicológicas do homem e artísticas do prosador? O que é memória autobiográfica ou crônica sobre a República recém-nascida? Ou tudo é vero e inventado? O racismo é vivido e figurado pelo Afonso Henriques de carne e pelo Isaias Caminha de papel?

O jogo de espelhos entre o *Diário Íntimo* e a dita ficção genuína atraiçoa. Como mosaico de dados – com valor em si e no conjunto da obra – é o encontro marcado entre a (auto)imagem da pessoa e sua *mimese*. Na maioria dos comentadores, é o próprio flagrante da transfiguração da experiência em literatura, influenciados que são por Assis Barbosa, para

quem homem e escritor “formavam em Lima Barreto uma unidade perfeita indivisível” (1961a, p. 19), mantendo-se, claro, a hierarquia da realidade que passa à representação. A vida enquanto tal só teria valor enquanto dado pré-literário da página ficcional. O *Diário* seria o mosto entre a vida-cana e a obra-cachaça, finalidade do bom apreciador. Sérgio Buarque de Holanda privilegia antes essa leitura a quaisquer outras. A obra de Lima Barreto seria a “confissão mal escondida [...] de amarguras íntimas, de ressentimentos, de malogros pessoais”, que ele, nas melhores passagens, “soube transfigurar em arte”. Tal “refundição artística” é o que vale para o estudioso, “o que de fato vai valorizar as ideias nela expressas ou a crítica social” (1961, p. 9). No embate biografia-literatura, vantagem para a segunda, pois confissão, considerada sinônimo de sinceridade pura, seria um registro menos elaborado ou mimético que o romanesco. Ou, segundo Jean Pierre Chauvin, uma “espécie de acidente não ficcional, sorte de apêndice de uma obra supostamente maior e melhor” (2016, p. 180).

Enquanto documento ou laboratório, o *Diário*, supostamente íntimo na origem, ensaia também o gesto público do literato. Os trechos analisados, pequena mostra da grande sinfonia Lima Barreto, operam aqui como ensaios de contos ou crônicas, comentários a obras já publicadas e, ainda, movimentos autônomos dentro do conjunto da obra. Não coloco em disputa, portanto, nenhuma noção de veracidade ou de mentira, mas certa personalidade fundada nessa narrativa mais ou menos fragmentária. Se toda identidade, segundo Philippe Lejeune, é também “imaginário, a autobiografia que corresponde a esse imaginário está ao lado da verdade” (2014, p. 121), isto é, qualquer vida havida, e cuja totalidade escapa ao próprio sujeito e a quem o estuda, como unidade psicossocial através dos textos, seria uma forma da verdade humana.

II.

O livro apresenta uma estrutura espaçada demais para o *Diário* do título. Cada capítulo corresponde a um ano que vai de 1900 a 1921, ou seja, o período da produção maciça de Lima Barreto. Há, porém, intervalos, os silêncios dos anos de 1901, 1902 e 1909. Tratar-se-ia de um anuário, ainda assim lacunar, ou de um diário no sentido de jornal com edições intermitentes, como vários da época. O estilo oscila entre dois polos, um operando por fragmentos e outro por blocos. No primeiro, há fatos e até vocábulos pulverizados, a escrita rápida antes frasal que periódica, trechos de poucas linhas sucedendo-se com pouca coesão ou lógica aparente. Assim o início de 1904, em que a reflexão sobre a vida em família precede o orçamento do mês, que logo dá espaço a um projeto de texto com o tema

“Dom João VI no Brasil”, o qual, por sua vez, é interrompido por anotações de leitura acerca de um romance de Camilo Castelo Branco. É um fluxo tocado a interesses, lista de motivos brotados como do inconsciente ou de estímulos externos.

Pensar o diário dentro do gênero memorialístico, a narrativa lidando com o cronológico, é prever certa cronologia ou coerência de enredo. O *Diário Íntimo* de Lima Barreto, no entanto, apresenta traços que perturbam esta convenção. A linearidade precária e o não-acabamento lembram hoje certa escrita vanguardista. Na década de 1920, quando a grande imprensa solenizava até partidas de futebol, talvez fosse difícil editá-lo com a arrumação que lhe deu Assis Barbosa. Como um bloco de anotações, às vezes nos surpreendem certos arranjos imagéticos ao modo das *Memórias sentimentais de João Miramar* (1924), de Oswald de Andrade. Os *flashs* tirados como que às pressas, a sintaxe nada afetada, o fraseado sem senso de ornamentação gramatical, um texto, enfim, fruto da escrita sujeita a contingências diárias, remetem ao estilhaço, ao despojo característico da prosa modernista. Ambos os estilos se ligam pelo fluxo memorialista, um procurando a ordem consciente, outro as sobreposições oníricas. Vale a pena uma breve comparação.

Quando se quer divertir, deve-se andar só. Os imbecis mesmo perturbam.

Se toda a humanidade desses passeios ao Leme, teria mais felicidade.

A felicidade depende mais das nossas cogitações interiores, do que mesmo das circunstâncias exteriores que nos envolvem.

As nuvens, ao correr, esgarçavam-se nas pontas das montanhas, ao jeito de fumaça nas locomotivas. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 81)

A tarde tardava, estendia-se nas cadeiras, ocultava-se no tombadilho quieto, cucava té uma escala de piano acordar o navio.

Madama Rocambola mulatava um maxixe no dancing do mar. Esquecia-me olhando o céu e a estrela diurna que vinha me contar salgada do banho como estudara num colégio interno. Recordava-me dos noivados dormitórios das primas.

Uma tarde beije-i-a de língua. (ANDRADE, “33. Veleiro”, 1990, p. 55)

No primeiro grupo de frases, asteriscos realçam a escrita estilizada. Lima Barreto o concebeu anotação inacabada, gerando um efeito de contiguidade modernista. A despreziosa ideia da caminhada solitária, transforma-se em passeio no Leme, desdobrado na reflexão sobre o estado de felicidade e sua capacidade psicológica de nos revelar o mundo exterior. Na citação do “Miramar”, livro proposto à maneira de diário, a relação metonímica é marca e compasso do estilo. Depois de se misturar à música, a tarde lança o narrador num estado de contemplação do ocaso em alto mar que, rapidamente, se desloca à rememoração de infância, quiçá de outrem. Em Oswald, este tipo de escrita resulta do ideário prévio, que faz da sintaxe algo deliberadamente pontilhado (*noivados dormitórios das primas*). São movimentos contrários. Lima alinhavava o diário em condições reais, por assim dizer, na batida da crônica cotidiana. Oswald escreve para soar como tal, mas piscando o olhar onírico. O leitor habituado ao estilo polido dará seus tropeços. Lima conecta metonimicamente a máquina (*locomotiva*) ao dado natural (*ponta das montanhas*) através do efeito comum: fumaça/nuvem. Já Oswald não anda em terra nem vê de longe a máquina, vai embarcado numa, isto é, no navio que ele chama *veleiro*, antepassado do transatlântico mecânico. Ali, a moça saída do banho, feita *estrela diurna*, mergulha no horizonte oceânico por ilusão de ótica, mexendo os desejos inconscientes do observador, ou suas *cogitações interiores*, no dizer de Lima.

A recusa ao discurso empolado e exibido de si vem sendo destacada, em Lima Barreto, como indício pré-modernista, embora isso nem sempre acenda alguma luz sobre sua literatura. Porém, se seus romances, contos e, principalmente, crônicas desenvolvem técnicas que se generalizaram com o modernismo, tal como a língua aliada à realidade, o *Diário*, pelo estilo entrecortado e pela estrutura por acumulação, liquidando fronteiras entre exercício e acabamento, poderia ter sido a principal contribuição às inovações identificadas à Semana de Arte Moderna de 1922. Mesmo tendo circulado três décadas depois, Antônio Arnoni Prado destaca ao menos dois procedimentos que aproximam o livro dos modernistas. Comparando trechos do *Diário* com o poema “Domingo”, da *Paulicéia Desvairada* (1922), de Mário de Andrade, escuta prelúdios ora da fragmentação da experiência como se vivida pelo narrador, ora da montagem algo cinematográfica da realidade retratada (ARNONI PRADO, “Flanando: velhos pombos e um bêbado olhando estrelas”, 1989, p. 50). Nesse sentido, vale também conferir uma nota de 1905, ambientada também num domingo.

Hoje, 8, domingo. Pleno Leme. Cediço. Nada novo. Não há moças bonitas. Só velhas e anafadas burguesas. Turcos mascates e suas mulheres também. O João, um imbecil do meu

gosto pessoal, o João T... B..., foi comido. Fomos ao fortim. Canhão do século atrasado. Ruínas portuguesas. Esforços dos lusos. Povoamento do Brasil. Pedro Álvares Cabral. Bandeirantes. Jacobinos idiotas, burros, ingratos. Ipanema, tal qual o Méier. Duas vezes, pelo caminho, encontrei o Serrado a cavalo. Chapéu de cortiça inglês. De branco. Pela rua, fazia o que ele tem feito sempre na vida, galopar e saltar todos e quaisquer obstáculos, fossem quais fossem... (LIMA BARRETO, 1961d, p. 80)

O fraseado coordenativo, cortado a pontos e vírgulas, dá ao trecho o ritmo do verso livre. Fosse a disposição da impressão espalhada na página, leríamos quase um experimento futurista. Há choques de sintagmas compostos, como na sequência de dados históricos sobre a presença portuguesa no Rio e no Brasil. As *ruínas portuguesas*, representadas pelo canhão oxidado e o forte militar mal conservado, são índices do malogro colonial, cujos *esforços* não teriam gerado a civilização tropical, mas a barbárie bandeirante que sequer domina a língua culta ou falsificada pelo literato diletante, ou mascarada pelo tatibitate modernoso. Entre o legado lusitano refundado na superfície de um *Canaã* (1902), de Graça Aranha, ou remontado como lances cômicos no *Pau-Brasil* (1925), de Oswald Andrade, Lima Barreto prefere a sátira anarquista que ataca a legitimidade de quem se apossa do que quer que seja, do prestígio às terras. Almejar a posição desse cavaleiro branco desfilando nobreza, pisoteando *obstáculos* tais como pessoas e leis, numa sórdida vontade de poder, num Brasil miserável material e intelectualmente para a maioria, é imoral, não importa se por vias conservadoras ou vanguardistas.

Mas há blocos compactos e lineares, arquetados pela mão firme do prosador ágil. Cenas com acabamento estilístico, dramatização envolvente, sondagem psicológica de quem domina as engrenagens das convenções narrativas. Trechos que poderiam figurar em romances. De 1908, há um bom exemplo, pouco mais de três páginas dão conta da visita que o autor teria feito a certo M. A. Lá chegando e não o encontrando, o narrador desfruta algumas horas de conversa e gentil companhia, por isso mesmo, perturbadora, de Cecília, antiga prostituta e atual amásia do colega. Apenas dois parágrafos de uma unidade coesa, que bem poderia ser publicada como um conto.

Em começo, tive uma alegria de devasso – quem sabe? – que passou depressa e felizmente. Ela sentou-se na minha frente, fumei desesperadamente e conversei. Nunca estive tão bem. Tenho vinte e seis anos e até hoje, ainda não me encontrei com

uma mulher de qualquer espécie de maneira tão íntima, de maneira tão perfeita a sós; mesmo quando a cerveja, a infame cerveja, me embriaga e me faz procurar fêmeas, é um encontro instantâneo, rápido, de que saio perfeitamente aborrecido e com a bebedeira diminuída pelo abatimento. A Cecília, tal é o seu nome, é pequena, dá-me pelo peito; é pálida, com aquela palidez *mate* das prostitutas um tanto diminuída; simples de inteligência, não tem quatro ideias sobre o mundo, aceita o seu estado, acha-o natural, não deita arrependimentos, tem vontade de empregar as elegâncias que aprendeu com as francesas dos grandes bordéis em que andou (Valéry, Richard, etc., etc.). Para mim, apesar da sua maneira de apertar a mão com as pontas dos dedos, ela me fica sendo sempre uma cachopa dos arredores do Porto, meiga, simples, ignorante e um tanto obstruída de inteligência, que um vendaval de miséria trouxe para esta África disfarçada, diminuindo em sua mãe o sentimento de família, aproveitada essa diminuição pela concupiscência dos patrícios que lhe atiraram à grande prostituição, acenando-lhe com a riqueza e a fortuna, que ela não alcançou, talvez porque fosse fundamentalmente boa. Eu a tenho observado muito e, com grande medo da minha inexperiência, eu a quero boa, doce, sem arrependimento, mas a desejar um casamento que a nobilite e eleve. Quando saio de sua casa, depois de sua ingenuidade, depois de sentir que a prostituição lhe roçou de leve, posso dizer com M. de Vogüé, a respeito da *Casa dos Mortos*, de Dostoievski: fico contente em ver que a nossa humanidade é melhor. Sinto por ela que há um cristal de pureza inalterável como núcleo eterno da pessoa humana, e que raramente ele se desagrega, mesmo sob o império das mais baixas degradações por que passamos passar. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 126-127)

Segundo Antônio Cândido, neste episódio, Lima Barreto trataria a matéria de modo direto, numa “redação que parece aderir sem mediações à própria realidade”. Haveria a “passagem insensível da vida à literatura”, pois o escritor atingiria seu alvo “quase sem querer, na confluência da confissão, do sentimento do mundo, da mágoa em face da iniquidade” (2000, p. 42). É como se o artista estivesse de tal maneira soldado ao homem, que o real anotado passa, sem mediação composicional, ao literário, dispensando o artesanato. Mas a própria maneira de colocar, de um lado da balança, o instante e a mulher presente, e de outro, o passado com todas outras mulheres

(decaídas para fêmeas), revela que a naturalidade do texto resulta do labor estilístico. O comentário de Candido, no fundo, replica a tradição romântica que estabelece a literatura como meta, sendo o diário mero degrau na constituição do gênio literato. Ora, se a escrita confessional é gênero autônomo, autorizada pelas *Confissões* (circa séc. IV) de Agostinho de Hipona, o *Diário* dependente de regras tão rígidas quanto romances. Portanto, embora Lima não afete sua técnica, a passagem possui beleza e dramaticidade por si, refazendo, inclusive, uma situação típica elaborada por outros escritores.

A partir do nada aparente, de um plano parado, a cena remete à “Missa do Galo” (1893), conto de Machado de Assis: o homem-narrador a sós com a mulher conhecida, mais velha ou mais experiente em coisas do amor, numa situação *sui generis* de sociabilidade formal. Terminado o momento de erotismo subterrâneo, depois das cordialidades, das frases dúbias, olhares e gestos enigmáticos, a certeza de jamais saber o que de fato queria aquela mulher. Resta ao narrador a implacável memória, tentativa de reviver o instante em palavras. Este embaraço, que descobrimos ao longo da passagem de Lima Barreto, em Machado intriga desde a linha inicial, e em ambos os casos funciona como fagulha narrativa: “Nunca pude entender a conversação que tive com uma senhora, há muitos anos, contava eu dezessete, ela trinta” (MACHADO DE ASSIS, 1997, p. 55), começa Nogueira, o narrador machadiano. O Lima Barreto feito personagem entra no encontro já malicioso, pois conhece o passado libertino de Cecília, que vai se beatificando pela análise social. Nogueira entra em cena respeitoso para ir abrindo no corpo de Conceição pequenas janelas de erotismo. Cecília inicia puta e vai virando santa, salva pelo olhar clínico do escritor, o qual nos revela aquela alma boa, *crystal de pureza*. Nesse sentido, o narrador barretiano se purga das malícias, o que é uma das funções definidoras do gênero confissão. Conceição é a mulher honesta, madura e traída que, talvez por isso mesmo, na imaginação do jovem, acenda as brasas do desejo por baixo da camisola puída e da meia luz que mais excita que apazigua. Como Nogueira não está no confessionário, a rememoração aflora como dúvida sobre o que teria acontecido se, naquela véspera de Natal, tivesse ele conjugado o verbo *amar* no corpo e não na alma temente a Deus.

Avançando no tempo, uma terceira fonte satiriza esse tipo de situação. Trata-se do conto “Três Cunhadas – Natal 1960” (1975), de João Antônio, confessadamente devoto e biógrafo de Lima Barreto. Aqui, o narrador, também em primeira pessoa, entra em estranha intimidade com três irmãs de sua esposa, nenhuma em situação amorosa estável ou legalizada, por assim dizer. Também às vésperas do Natal, tendo exagerado na bebida e, vejam só, prometido levar os filhos à Missa do Galo, ele fala da cunhada caçula: “estava num vestido preto, bem caído, pintada”. Da cunhada do meio:

“vestido fora de moda, largo; cabelo escorrido de quem saiu do banho; um santo alto, exagerado”. E da mais velha: “o jeito é não depender de homem, principalmente quando se está velha e se continua de fogo aceso” (ANTÔNIO, p. 28-30). João Antônio paralisa o pêndulo, entre o desejo redimido e reprimido, no corpo em brasa.

Em Machado e Lima, a mulher casada, ou mesmo amasiada de alguém influente, tem como que a carne marmorizada. A condição de mantida dá-lhe o direito social de senhora – num nicho abaixo das esposas, mães e santas – e a função privativa de dona da casa, cuja cama e corpo devem ser de um único dono. Em João Antônio são justamente esses os homens candidatos a otários, posto que, casadas ou não, honestas ou não, mulheres têm desejos rotineiros a serem aplacados por consortes, amantes ou algum sócio. Mas seu personagem também foge da cena erótica para a missa, para depois ficar fabulando, enquanto atravessa a Baía de Guanabara na barca rumo a Niterói, que escapou de um covil de bacantes. Ele fora ali entregar presentes, a mando da esposa, e encontrou as cunhadas se arrumando, frustradas por não poderem ter seus amantes em data tão especial. Ele precisa partir antes que seja tarde demais. Não sem ouvir o sugestivo convite a ficar ecoando em seu íntimo: “Tá cedo. Fica mais um pedaço”.

Nessas entradas e saídas do *Diário*, há a escrita explicitamente feita meio e não finalidade. São esboços de contos, romances ou livros, alguns jamais realizados, como o capítulo correspondente ao ano de 1900, tentativa de ficção. Outros testes, ao contrário, serviram de planejamento ou exercício para obras concluídas. O material recolhido em 1910, por exemplo, foi de grande valia para o *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915). É aí que Lima Barreto esboça o romance e recolhe uma série de contos populares, um dos quais, “Os macacos que salvaram a onça”, aparece na boca do velho literato folclorista que figura no segundo capítulo da obra. Farto material de pesquisa, o *Diário*, visto de perto, desmente a avaliação de que a literatura de Lima Barreto careceria de laboração, desfilando tipos sociais de modo pouco mediado. Trata-se de um impressionismo que remonta à primeira recepção do escritor, comparado à escrita adiposa de certos contemporâneos, alardeados beletristas. Suas anotações mostram uma literatura em vibrante maquinação, cheia de idas e vindas, oficina horaciana de *lima* em punho.

III.

Se havia passagens impublicáveis, como ofensas a gente ainda viva após a morte do escritor, certamente algumas supunham divulgação. A caracterização detalhada aqui, o capricho numa observação ali ou o dialogismo de certas argumentações sugerem alguém de olho na posteridade

dessas notas. Lima Barreto, por exemplo, esmiúça, para si e para nós, o baixo impacto de seus escritos, pela voltagem crítica deles ou pelo preconceito contra o mulato proveniente de família humilde. Sua denúncia atinge ao menos dois grandes alvos: o *elitismo de superfície* e o *racismo de fundo*. No primeiro, a vontade de fama independente de merecimento, a nomeada sem fundo, os louros sem lastro, o compadrio repelente ao juízo crítico e comparativo, que revelaria a falta de qualidade de muitos medalhões. Ele põe a nu o escritor elevado às alturas apenas por gozar de bons relacionamentos, mesmo com obra mediana ou deficitária. Até hoje seu verbo ecoaria como um “estraga aprazer”, incomodando os sucessos midiáticos. Confiando em seu valor literário, ainda que ou por isso mesmo o questione, desejava ser reconhecido como escritor, afinal, era altivo e entendia-se como uma das ilhas de inteligência num oceano de fraudes.

Continuo a pensar onde devo comer. Há *chance* de ser como o Ferraz. Ah! Santo Deus, se depois disso não vier um futuro de glória, de que me serve viver? Se, depois de percorrido esse martirologio, eu puder ser mais alguma cousa do que o idiota Rocha Faria – antes morrer. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 35)

Uma trinca de amadores usufruindo glória e remuneração, e uns poucos escritores realmente profissionais recompensados. Nesse relato de 1903, engatinhando a carreira, as reclamações, entre choramingo e despeito, são movidas a otimismo consciente das dificuldades pelas quais deveria passar. Cinco anos depois, em 1908, o que reina é o desencanto, inclusive para consigo mesmo. Tal oscilação acerca da autoimagem vem justamente do se saber melhor, ao ponto de conseguir perscrutar a si próprio. Lima Barreto é o louco no desfile das aparências, um Quixote defendendo rigor moral e técnico. Conhecer sua força e, ao mesmo tempo, conjecturar sobre as razões dos seus rivais, equivale à tese e à antítese da seguinte síntese: compromisso social cujas vantagens econômicas sejam consequência e não finalidade; projeto literário que potencialize e não mascare a inteligência ou, pior, a falta dela; reconhecimento como resultado do esforço. Ecoa aí o Proudhon defensor do “direito de sermos julgados pelo nosso trabalho” dentro da coletividade, sobretudo quando fruto do “autossacrifício” (2019, p. 73), oposto ao egoísmo que, capitalizando tudo a seu próprio benefício, é contestado por Lima Barreto.

A franqueza consigo mesmo e com sua classe, a capacidade de autoanálise radical, o afasta do nacionalismo ingênuo, do civismo festivo e, principalmente, do fatalismo derrotista. “A sinceridade do autor, defende Sonia Brayner, está diretamente ligada ao pressuposto da solidariedade, sem o qual a obra de arte se afastaria de sua verdadeira missão” (BRAYNER, 1979,

p. 153.). Assim, tanto a diletantismo estético quanto o gênio individualista são artigos no capítulo das perversidades burguesas, assentadas em sólidos sedimentos coloniais.

Há dias que essa vontade me acompanha; há dias que ela me vê dormir e me saúda ao acordar. Estou com vinte e sete anos, tendo feito uma porção de bobagens, sem saber positivamente nada; ignorando se tenho qualidades naturais, escrevendo em explosões; sem dinheiro, sem família, carregado de dificuldades e responsabilidades.

Mas de tudo isso, o que mais me amola é sentir que não sou inteligente. Mulato, desorganizado, incompreendido, era a única coisa que me encheria de satisfação, ser inteligente, muito e muito! A humanidade vive da inteligência, pela inteligência e para a inteligência, e eu, inteligente, entraria por força na humanidade, isto é, na grande Humanidade de que quero fazer parte. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 135)

Possuiria ele inteligência suficiente para a “grande Humanidade”, sinônimo de cultura, da literatura ocidental da qual gostaria de participar? Admitiria ser “mulato desorganizado”? O *Diário* e as *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909) questionam o preconceito de julgar o afrodescendente um incapaz *a priori*. O desabafo, portanto, encontra o intelectual Lima Barreto avesso à ideologia racista do tempo, a qual, nas palavras de Silvio Almeida, não se cristalizava só em produtos de ficção ou ciência, mas em práticas como discriminar alunos negros de brancos, por cima de competências intelectuais. “Para nos convenceremos de que existem lugares de negro e lugares de branco na sociedade, ou no mínimo não nos espantarmos com essa constatação, não basta ler os livros de autores racistas como Gobineau, Nina Rodrigues ou Oliveira Vianna” (2020, p. 66). Havia ações concretas para manter privilégios, sobretudo a partir da Abolição, quando brancos, antes hábeis por nascimento, iriam disputar com rivais antes vistos como inaptos por origem. No serviço público, por exemplo, grande empregador formal do país, a refrega é dos temas caros a Lima Barreto, que chega a ser contra a fundação, por exemplo, de universidades públicas. Defendia ele que instituições do tipo não redundariam em reserva do estudo metódico e rigoroso, mas em “aparelho decorativo” disposto a formar “ignorantes com privilégios marcados em lei” (1961h, p. 118-119), ou seja, a reproduzir o sistema vigente de hierarquias, apadrinhamentos e pseudociência.

Tem início, segundo Jessé Souza, a conversão da “antiga raça

condenada” em “classe condenada”, a qual, simbolicamente, proporcionaria o “prazer da ‘superioridade’ e do mando” aos operadores do poder e, pragmaticamente, criaria “uma classe sem futuro que pode, portanto, ser explorada a preço vil” (2017, p. 66-67). Assim, o Lima Barreto pessoa física resigna-se, enquanto o homem de letras combate o pré-julgamento normalizado inclusive na ficção brasileira. Obras como *O Cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo, fadaram negros, mulatos e pósteros à condição de raça inferior, assunto da medicina psiquiátrica, que os acomoda no pavilhão dos desordenados mentais, e da medicina legal, que os cataloga no capítulo das fisionomias perigosas. Não se trata, pois, de imitar escritor branco que supõe devassar as determinações da corrupção mestiça, e nem tolerar ser explorado como personagem derrotado porque mulato. Lima Barreto desmonta essa equação ao mostrar que a doença do Brasil viria de cima, daqueles que, vestindo as sedas da presumida superioridade, engendravam o Estado violento, injusto e, principalmente, inconsciente da incompetência civilizatória, da República fajuta.

O segundo alvo faz do *Diário* um libelo antirracista, quando Lima Barreto, explicitando a interlocução com o leitor, cataloga o ultrage que lhe corta por dentro. Ao relatar os cumprimentos que prestou ao Ministro da Guerra, pela entrada do ano de 1905, escreve, por exemplo, *já tomei nota*, indicação de leitura, como a dizer *refiro-me a algo que vocês já conhecem*. A descrição da Secretaria de Guerra, vale dizer, desenha o total descontentamento do autor em lá trabalhar. As rotinas laborais operam como meros rituais burocráticos, sem visar desenvolver o país, os gestos maquinais repetindo-se em todas as ocasiões, mesmo em datas festivas. Numa repartição reprodutora das relações de favor, influência e poder que cercam as instituições públicas, a regra do jogo, para sobreviver, é fingir e bajular.

Até ao meio-dia, ele recebeu cumprimentos. Havia alguma frieza; entretanto, os aspectos eram os mesmo de quando ele recebeu, há um mês, cumprimentos pela vitória do governo, cujos detalhes já tomei nota. O Matias continua na sua faina de cavar jornais. Hoje, em falta de outro, procurou o *Diário Oficial*. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 74)

O peso do preconceito de cor, tanto mais revoltante quando hoje temos conquistado direitos humanos a toda pessoa, é como um alarme soando em todo curso dos relatos. A começar pelas descrições de quando Lima Barreto confessa-se, de alguma forma, humilhado ou barrado por sua condição de mulato, o que hoje seria crime de discriminação. São relatos diretos, magoados no tom, material de interesse também para outros campos do saber, como a sociologia, o direito e a psicologia. Assim, este de 1904.

Na estação, passeava como que me desafiando o C. J. (puto, ladrão e burro) com a esposa ao lado. O idiota tocou-me na tecla sensível, não há negá-lo. Ele dizia com certeza: – Vê, “seu” negro, você me pode vencer nos concursos, mas nas mulheres, não. Poderás arranjar uma, mesma branca como a minha, mas não desse talhe aristocrático. Suportei o desafio e mirei-lhe a mulher de alto a baixo e, dentro de alguns anos, espero encontrar-me com ela em alguma casa de alugar cômodos por hora. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 46)

A ofensa racista de C. J. sublinha a impotência de Lima Barreto, suportando a violência simbólica sem artigo de lei que o resguarde ou o revide moral ou físico. Resta a gota de ódio, rebaixar-se ao desejo de vingança. Para Lilia Schwarcz, esse sentimento viria da timidez de Lima, que, por origem e aparência, “não tinha jeito para se aproximar” das “moças mais claras” ou das “mulheres de alta-roda” (SCHWARCZ, 2017, p. 268). Os aborrecimentos, nessa hipótese precipitada da biógrafa, redundariam em melancolia afogada em alcoolismo que, por conseguinte, terminaria na loucura e morte do sujeito. Mas se os depoimentos do escritor espalham aqui certo mau jeito com mulheres, ali já dão conta do galanteador, como no jogo de sedução com Cecília, ou no modo como o escritor delibera não contrair matrimônio para se dedicar à literatura e aos cuidados do pai enfermo e dos irmãos. A mulher que o rival lhe apresenta como objeto de cobiça, depois de usada pelo conquistador, poderia ser descartada e, desonrada, cair na prostituição, tornando-se mercadoria de sexo venal numa casa de alugar cômodos e corpos. *A tecla sensível*, na realidade, habilita todo um teclado de humilhações e dores psicossociais, sempre ligadas ao ambiente hostil que reservava ao afrodescendente um pequeno lugar de direito, isto é, o da liberdade de manter-se domesticado, sem independência econômica e protagonismo intelectual.

Numa hipótese estrutural tudo se encalacra. Corte que fora sustentada pela escravidão e nepotismo, a sociedade carioca manejava a *instituição casamento* como ferramenta de branqueamento da ascendência racial e plebeia, como lavanderia mesmo da imoralidade, desonestidade ou mesmo da debilidade intelectual. Assim, alguém “puto, ladrão e burro”, uma vez arranjado para casar com moça de família importante, ou com essa aparência, daí a necessidade de ser “branca de talhe aristocrático”, gozaria de privilégios menos por mérito que pelas práticas sociais de favorecimento. C. J. admite perder para Lima em inteligência, representada pela conquista do emprego público via concurso, no entanto, canta vitória na qualidade de ter

nascido branco, pré-requisito para alcançar esposa clara de família rica, o que, não raro, garantia posses ou a imagem de e, portanto, a entrada nos meios que proporcionam recomendações, nomeações e resguardos econômicos e jurídicos de toda ordem.

Em outro momento, também de 1904, Lima Barreto registra um fato corrente em sua vida funcional. Trabalhando na Secretaria de Guerra, costumava ser confundido com soldados ou contínuos, patente e cargo inferiores ao de amanuense, função que requeria bom trato com as letras e que ele desempenhava por concurso. Revela, portanto, naquele ambiente, a distinção de posições para pretos e brancos, e que Lima ocuparia uma normalmente reservada a brancos, por direito de origem ou por normalização da segregação. Leia-se uma de tantas queixas circunstanciando o racismo, institucionalizado mesmo no serviço público.

Porque então essa gente continua a me querer contínuo, porque?

Porque... o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto; eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia desse desgosto e ele far-me-á grande. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 52)

A despersonalização do indivíduo, em razão de cor ou origem, resulta em resignação diante da discriminação que, tão repetida, soa antes condenação fatal do que gesto jurídica, ideológica e cientificamente elaborado para aviltar os negros. Roberto DaMatta, lendo Lima Barreto, discute essa dialética entre o que seja o indivíduo (despossuído de caráter) e a pessoa (plena de caráter). No topo da pirâmide social brasileira, haveria as pessoas de fato, com todos os atributos de humanidade, aí postadas por hereditariedade europeia, patrimônio, altos cargos ou influência. Donos da vida e da morte, autores de leis que os beneficiam e mantêm no mando da hierarquia, esse diminuto contingente de *figurões* comandaria “a vida e o destino de uma multidão de indivíduos, esses que devem obedecer à lei” (DAMATTA, 1997, p. 231). Ora, Lima Barreto recusa a posição do indivíduo correlata ao animal, ao escravo, à massa anônima sem direito ou representatividade. Assim, paciência e vingança se tencionam, Lima se revolta porque é molestado pelo determinismo socio-racial que tolhe oportunidades de antemão, concebendo negros e mulatos como indivíduos de segunda categoria. Daí desabafar em forma de máxima: “A capacidade mental dos negros é discutida *a priori* e a dos brancos, *a posteriori*” (LIMA BARRETO, 1961d, p. 61). O branco ou branqueado largaria na frente, sempre podendo lançar mão do famigerado “sabe com quem está falando?”

posto que herda a presunção da boa aparência, da boa índole e da cabeça boa, em oposição ao negro *feio, criminoso e imbecil*.

Impossível aderir ao delírio das elites intelectuais, governamentais e sanitárias – fantasiadas de ciência – ciosas em forjar um povo tropical à imagem do europeu. Como mulato, seria aceitar a condição de escada ao futuro dos brancos, afinal, para lembrar Sílvio Romero, embora agente transformador da identidade brasileira, o mestiço seria o elemento racial passageiro; mental e biologicamente mais fraco, desapareceria com o branqueamento natural da sociedade. Romero, defendia que, no Brasil, “os brancos presumidos abundam”, porque, com o passar dos anos, predominaria nos mestiços a cor e a genética ariana. Assim, como o branco explorou “o que pode de vermelhos e negros, atirou-os fora como cousas inúteis” (ROMERO, 1980, p. 101), o mestiço viria a ser o brasileiro genuíno, naturalmente reunindo em si as forças indígenas, africanas e europeias com a supremacia física e mental da última. Gabando-se ser dos primeiros a imprimir o raciocínio científico nas letras nacionais, vaticínio de Romero saiu pela culatra. No século XXI, o mestiço caracteriza o Brasil, mais escuro na pele e genuíno no pensamento do que o desejado por sua ideologia pangaré.

O racismo baseado em crenças científico-filosófica perfaz a crise intelectual e prática em Lima Barreto. Em seu meio cultural e trabalhista, repleto de gente bem postada, mesmo com baixa capacidade, ele se vê competente, superior à mediocridade reinante, da literatura à engenharia. Era, para si próprio, a prova viva de que as teorias confiantes demais em seus postulados equivocavam-se em considerar todo mestiço, quando mais negro que branco, um néscio por natureza. “Quando me julgo – nada valho; quando me comparo, sou grande” (LIMA BARRETO, 1961d, p. 52). Mulato inteligente, bom aluno que fora, conhecedor da cultura erudita da época, sagaz para a análise crítica, era inevitável que rechaçasse a ciência empregada na justificação das desigualdades sociais e diferenciações raciais.

Vai se estendendo, pelo mundo, a noção de que há umas certas raças superiores e umas outras inferiores, e que essa inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça.

Diz-se ainda mais: que as misturas entre essas raças são um vício social, uma praga e não sei que cousa feia mais.

Tudo isto se diz em nome da ciência e a coberto da autoridade de sábios alemães. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 110)

A crise enlouquecedora surge traduzida em estratégia narrativo-descritiva. No *Diário*, especificamente na descrição de pessoas, o escritor tende a reforçar a falta de inteligência alheia. Seria por vingança contra

aqueles que o julgavam tolo por natureza? Ou o estigma de ter a competência intelectual a todo instante subestimada aguçou a atenção para tal aspecto nos outros? São numerosas as descrições em que a escassez de faculdades mentais chega ao ponto de provocar náuseas. Não podia ser uma verdade cartesiana que, no Brasil, todos, no futuro, estampariam aquela brancura estúpida. Os relatos referem, em geral, servidores da Secretária de Guerra. Lima Barreto detesta o ambiente, que, tudo indica, o ajudou a compor a repartição do “Major Quaresma”.

Quando eu fui amanuense da Secretaria de Guerra, havia um tal B... coronel ou cousa que valha, que era um tipo curioso de idiota. Ignorante até à ortografia; jactancioso. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 48)

Eu tinha um colega na secretária que, em face a mim, despertava-me um estranho sentimento. Era uma espécie de repulsa misturada com enjoo que eu sentia quando ele vinha conversar comigo. Não sei a que atribuir isso. Penso que seja pela sua completa linfacidade; pela sua estupidez. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 51)

Na secretaria, eu tive um companheiro primeiro oficial, o M... T... C..., que era dos poucos que lá havia tendo algum destaque. Ele era duma avareza excepcional e duma estupidez de carneiro. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 58)

Esse chefe de polícia, Cardoso de Castro, é a besta mais imbecil que há no Brasil. Irritado, ignorante, esfomeado de dinheiro, babuja-se todo para ficar no lugar em que está. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 89)

Encontrei o V... C..., um meu antigo colega de colégio. Bom rapaz, avarento, míope de inteligência e sem nenhum bovarismo. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 96)

Fui ao Leme, aborreci-me. O Metelo, um rapaz gago de Mato Grosso, caceteou-me enormemente. O Pereira, burro e sem nenhum relevo, encheu-me de sono a volta. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 101)

O preconceito é respondido com arrogância e rebaixamento do outro, flagrando tipos idiotas, avarentos, bajuladores e outros vícios da

comédia humana. Repare-se na própria deformação moral, não raro animalizada: “estupidez de carneiro”, para o néscio pastoreado pelas ideias alheias; o gago que vem do interior do país metido a sabido; ou o “burro” sem substância que falando não desperta atenção, mas bocejos. As páginas de *Isaias* incrementam essa linha de descrição com agressividade satírica, porque amplificada no físico dos personagens. O autor concebe pessoas, em geral brancas, com atributos animais, tornando-as grotescas e repugnantes quanto mais perniciosos são seus traços psicológicos. Isso, por si, já opera a inversão da sátira tradicional, acostumada a listar a negritude no índice das deformidades físicas e morais. Se os escritores de ascendência naturalistas tendiam a desenhar o afrodescendente como repugnante, decaído, desviante, e às vezes animalesco, Lima Barreto subverte a ordem das coisas, faz-se naturalista às avessas, afiando a cutilada na pedra da vingança.

De manhã, pus-me a recapitular todos esses episódios; e sobre todos pairava a figura inflada, mescla de suíno e de símio, do célebre jornalista Raul de Gusmão. O próprio Oliveira, tão parvo e tão besta, tinha alguma coisa dele, do seu fingimento de superioridade, dos seus gestos fabricados, da sua procura de frases de efeito, de seu galope para o espanto e para a surpresa. (LIMA BARRETO, 1961f, p. 70)

O doutor Ricardo Loberant entrou fumando com força seguido de Pacheco Rabelo (Aires d'Ávila), redator-chefe do jornal, a segunda cabeça da casa. Era um homem gordo que se movia pela sala com a dificuldade de um boi que arrasta a relha enterrada da charrua. Havia na sua marcha um grande esforço de tração e um monóculo petulante na face imóvel não lhe diminuía o peso da figura. (LIMA BARRETO, 1961f, p. 155)

Do meu lugar, via-lhe a ponta dos ombros e a Aires d'Ávila inteiramente. O jogo de luzes projetava fantásticamente este último no vão da parede defronte. A sua face alongava-se desmedidamente e o crânio diminuía: o maxilar inferior avançava muito, o nariz ficava colado ao superior e vinha terminar com ele; e tudo tomava uma posição oblíqua, como se fosse uma imensa cabeça de porco. (LIMA BARRETO, 1961f, p. 157)

Para Gusmão, reserva-se os cortes do legista que relata ter um tipo monstruoso sobre a mesa, mistura de porco com macaco. Para Oliveira, o diagnóstico do veterinário que sabe as razões dos sustos e galopes de uma

cavalgada. Para Loberant, a observação do agrônomo que sabe que a tração do boi arrastando o arado na terra é um atraso, como o literato carioca arremedando o dândi parisiense. No último trecho, menos dissecação médica, fixa-se o reflexo deformado de d'Ávila na parede, entretanto, é como se essa aparente distorção revelasse a exata personalidade do redator. É o notável poder que, no livro, o narrador tem de descortinar a essência moral, intelectual e psicológica dos personagens. Por traz da veleidade dos mediócrs que, mesmo néscios, fazem a fama como homens de letras na imprensa da então Capital Federal, não há nenhuma *intelligentsia* reconhecida por mérito, só a enorme estultícia de pistolões, ou seja, “uma imensa cabeça de porco”. Como a expressão “cabeça de porco” também significa “cortiço”, a passagem atinge a higienização arquitetônica do Rio de Janeiro, que derrubava as moradias coletivas para construção de prédios a Paris ou Nova York. Mas nos fundos e arredores dessa modernidade, cuja construção dependia da mão de obra residente justamente em moradias coletivas e pobres, o que havia eram cortiços e as nascentes favelas.

Hostilizado por ser mulato, Isaías traz algo do Lima Barreto do *Diário*. Ressentidos com a sociedade que os repele, cortam de ironia os inimigos, sobretudo os que conseguem oportunidades sem merecimento, apenas porque brancos ou apadrinhados. Barreto enxerta algo de si em seu personagem, inclusive emprestando-lhe verossimilhança nos sofrimentos de mulato pobre. Tudo se dá de modo medido, ele nunca veste todas as armas forjadas na dor. É a conhecida sobreposição entre vida e obra, nem sempre demonstrada no cotejo entre texto ficcional e auto-ficcional. Segundo Alfredo Bosi, nas *Recordações*, de fato, esse “convívio de objeto e sujeito, de observação social e ressonância afetiva, define com propriedade o estilo realista-memorialista de Lima Barreto” (BOSI, 1994, p. 319). Assim, em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919), o vínculo entre competência intelectual e caracterizações físicas rebaixadas também é feito. Leia-se o que diz Gonzaga de Sá sobre o colega de Secretaria dos Cultos, Xisto Belgroegas.

– Que idiota! Com aquela voz de castrado, com aquele passo de jabuti... Tenho-lhe nojo, nojo da sua burrice... Imagina que, para me moer, ele se propôs um dia a discutir filosofia com o Baltar... (LIMA BARRETO, 1961g, p. 148)

Lima Barreto, desde 1903, ansiava redigir um trabalho denominado *A História da Escravidão Negra no Brasil*. A ideia, ora mencionada como estudo ora como romance, perpassa o diário de ponta a ponta, na forma de anotações de leituras relevantes à feitura do livro, ou em comentários e reflexões sobre o tema. Para Francisco de Assis Barbosa, “quando o romancista começou a colaborar em pequenos jornais e revistas de

estudantes, estava ainda indeciso no rumo a seguir. Ensaio ou ficção?” (BARBOSA, 1961b, p. 11). Daí o projeto em tom de profecia, ainda no começo da carreira: “No futuro, escreverei a *História da Escravidão Negra no Brasil* e de sua influência na nacionalidade” (LIMA BARRETO, 1961d, p. 33). Dois anos depois, desiste do ensaio sociológico, registrando a vontade de escrever “uma espécie de *Germinal* negro, com mais psicologia especial e maior sopro de epopeia. Animará um drama sombrio, trágico e misterioso, como os do tempo da escravidão” (LIMA BARRETO, 1961d, p. 84). Esperava, com isso, introduzir na literatura brasileira o “negrismo”, ironia com o indianismo romântico, oficializado desde a educação básica. O escritor não levou a cabo nenhum dos dois livros, pelo menos assim como planejado, mas sua obra apresenta uma sondagem psicológica decisiva sobre racismo, desentranhando da vida cotidiana e a estrutura escravocrata do país.

Gilberto Freyre, que prefacia o *Diário Íntimo*, mostra especial interesse pelo projeto frustrado de Lima Barreto. Imaginando as causas pessoais e epistemológicas que teriam barrado o autor em seu intento, supõe que faltava a ele formação universitária e método científico. “O conhecimento que reuniu sobre os assuntos de sua predileção vê-se pelo seu diário íntimo que foi um saber desordenado e como ele próprio boêmio” (FREYRE, 1961, p. 11). Como se à margem do rigor acadêmico, que pouco tínhamos, não houvesse outras estruturas de pensamento, tais os saberes ancestrais daqueles que, roubados de seus territórios para eito da escravidão, mantiveram suas culturas. Como se a vida boêmia não pudesse organizar e disseminar rigorosos processos de conhecimento e arte, tais como a canção popular, em que pese a rabugice de Lima Barreto para com modinheiros e violeiros. Freyre se coloca, óbvio, como aquele que estava destinado a realizar o projeto barretiano, inclusive com toques novelísticos, reunindo condições para tanto no *Casa-grande e senzala* (1933).

IV.

Comentários sobre obras e autores estão entre os temas laterais do *Diário*, trazendo informações preciosas sobre o leitor Lima Barreto. São pistas, por exemplo, do que desejava politicamente com sua obra, como procedia as escolhas estéticas, quais suas afinidades intelectuais. Trechos às vezes breves, aparentemente sem profundidade, quase ruídos em meio ao fluxo das anotações, como este de 1905.

Li, por acaso, algumas páginas do *Ateneu* e as achei soberbas; entretanto é de desanimar que um livro como aquele não seja lido aos 10.000. O Eça, me parece, escreve inferiormente, e os

seus processos de graça são muito mais grosseiros que os de Raul Pompéia. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 90)

Além da elaboração algo lírica do romance de Raul Pompéia, frisa o que vai configurar um dos procedimentos característicos de Lima Barreto: distância programática do estilo lusitano. Não chega a defender aquilo porque Mário de Andrade militará, a saber, a criação de uma língua literária com traços orais, adequada à identidade nacional. Desde 1904, para Arnoni, ele procura “um lugar de onde falasse, pensando num meio de libertar a própria linguagem das imposições dos modelos consagrados para assim transformá-los em instrumento capaz de conviver historicamente com a realidade em mudança” (ARNONI PRADO, “Notas num diário à margem: o sonho”, 1989, p. 11). Afinar o instrumental linguístico vigente ao seu projeto ideológico, marca a pesquisa acerca do já escrito e a experimentação sobre o que há de escrever.

Lima, ainda, não julgava o estilo de seus pares, sobretudo os mais afamados, adequado a tarefa a que se impunha, isto é, conectar a superfície cotidiana a sua estrutura de valores forjada no período colonial escravista. Era preciso manter distância do fraseado luso-branco de um Coelho Neto, produto do arianismo republicano, que lhe soava um desfile de veleidades europeias. A identidade racial focada apenas num dos elementos da formação do povo não passaria de ilusão, assim a literatura genuína também só surgiria desde que se livrasse do recalque africano, afinal, sabia que “os negros diferenciam o Brasil e mantêm a sua independência” (LIMA BARRETO, 1961d, p. 61). Noutra passagem, de 1905, rechaça mesmo a moda de “macaquear” portugueses, espécie de emulação servil de que falaria Manuel Bandeira na “Evocação do Recife”, de *Libertinagem* (1930).

Ajeita-se o modo de escrever deles, copiam-se-lhes os cacoetes, a estrutura da frase, não há dentre eles um que conscienciosamente procure escrever como o seu meio e pede e o requer, pressentindo isso na tradição dos escritores passados, embora inferiores. É uma literatura de *conchetti*, uma literatura de clube, imbecil, de palavrinhas, de coisinhas, não há neles um grande sopro humano, uma grandeza de análise, um vendaval de epopeia, o cicio lírico que há neles é mal encaminhado para a literatura estreitamente pessoal, no que de pessoal há de inferior e banal: amores ricos, mortes de parentes e coisas assim. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 100)

O *status quo* literário lhe parecia uma festa surda às misérias gritantes, sem mirar a transformação social do país. Para chegar ao público

suburbano, a maioria pouco ou nada alfabetizada e sem entrada em agremiações ou conferências literárias, só um texto fluente, movendo tipos humanos reconhecíveis. Há nesse evangelho, evidente, notas de anarquismo (a revolução pelo trabalho e educação) e do cristianismo raiz (a solidariedade com os humilhados). Transfigurando, pela confissão sacrificial, a vivência em literatura, Lima Barreto combatia a língua que, dissociada da população, subestimava os excluídos do projeto republicado, usada para dar instrução básica e baixos salários à massa, a maioria afrodescendente. Para o Estado paternalista e higienistas, era uma esmola ou benesse, afinal tais indivíduos estavam habituados a não frequentar escolas, obrigados a trabalhar de graça ou em troca de esmola.

Em 1908, entusiasmado com a acolhida crítica de José Veríssimo, afirma: “Sempre achei a condição para a obra superior a mais cega e mais absoluta sinceridade. O jacto interior que a determina é irresistível e o poder de comunicação que transmite à palavra é de vivificar” (LIMA BARRETO, 1961d, p. 125). Choca-se aí duas concepções de sinceridade, uma burguesa e outra comunitária. A individualista está conformada à sociedade vigente, um casaco de pele encobrindo as injustiças sociais como se normais fossem, por isso é “inferior e banal”. E a socialista anárquica que, inconformada às letras alinhadas ao projeto republicano, busca no âmago do indivíduo a conexão com o coletivo, neste caso, afro-brasileiro. Nisso, o *Diário* transcende a crônica de época, a fronteira entre descrever e inventar, entregando, de fato, a verdade íntima enquanto ocorrência também social que opera, segundo Eliete Marim Martins, “como um campo de tensão, no qual todas as observações do escritor se comprometem com a sociedade e a literatura” (MARTINS, 2008, p. 64).

Sinceridade aqui é o esforço de compreensão do mundo para, aí sim, intervir. Não se trata de escassez de recursos literários, psicografia da inspiração ou boletim de ocorrências sociais, mas afastamento consciente da retórica que restou forma porque perdeu a utilidade pública, feito o orador envaidecido falando a cadeiras de mogno. Lima Barreto prefere o polimento à polidez do estilo, a função da literatura, defende em *O Destino da Literatura* (1921), seria a de exteriorizar “um certo e determinado pensamento de interesse humano, que fale do problema angustioso do nosso destino em face do Infinito e do Mistério que nos cerca, e aluda às questões de nossa conduta na vida” (LIMA BARRETO, 1961c, p. 59). Sua obra, torcida de contradições constitutivas, se desenrola como a corda que resgata do último subúrbio as inquietações que definem o humano. Para Beatriz Resende, as crônicas de Lima colocariam em diálogo três cidades: a *cidade aparente*, pela qual se caminha enquanto espaço físico; a *cidade das letras*, falseada pela literatura e pelo jornalismo hegemônicos, que dão forma e expressão à ideologia desejosa de parecer Europa; a *cidade oculta*, “caso de

polícia, o universo dos despossuídos, daqueles a quem se recusa a cidadania, buscando seu íntimo, seu ânimo interior” (RESENDE, 1988, p. 112). Isso sempre em termos combativos que, para mim, abrange os demais gêneros praticados pelo escritor, iluminando a cidade marginal e rebaixando a ilustrada. Sentindo-se pessoa e participe da população, busca os porões do Brasil, daí o *Diário* ser também um itinerário pela intimidade nacional, do que haveria de africano em nossa formação e de delírio no programa republicano.

Lima Barreto minera no plano superficial o ouro mais fundo, assim o diálogo entre o ladrão e a vítima, no conto “Dentes Negros e Cabelos Azuis” (1918). A cena cotidiana, com atores sociais despersonalizados na ficção frugal, reflete sobre a condição humana na cidade que se redefinia. A aparição do ladrão – seria só outro bandido da crônica policial – avulta pela consciência social do personagem sobre sua atuação. Ele sabe o que o leva à prática do crime, por sua vez submetido a certas regras. Necessita roubar, “a vida é um combate”, mas não se pode assaltar qualquer um, ainda mais um sujeito sobrenatural como Dentes Negros. À medida que o assaltante se compadece da presa, expressando o sentimento definidor do cristão, sua posição se dignifica. Dentes Negros, pelo contrário, a despeito de ganhar profundidade ao abrir a guarda de suas contradições, de seu demônio, de seu estigma para o estranho, termina tanto mais contrariado de seu aspecto. A piedade que inspirou àquele homem a não praticar a violência fatal, de alguma forma, amplifica sua condição de pessoa humilhada. Ainda assim, os marginais exibem mais humanidade aí que os ricos oficiais, todos cegos aos dramas de seus empregados que, verdadeiros fantasmas com Dentes Negros ou Fome Negra, de repente podem se insurgir reivindicando algum direito.

Desfazer o engodo literário – maquiagem da falta de empatia, artimanhas retóricas a Coelho Neto ou Goulart de Andrade – regula com desmascarar a essência de comportamentos e sintomas da miséria que é também mental. A sociedade abastada opera na base do truque, forjando o indivíduo à imagem de uma *persona* pública irreal, aparências sem lastro passível de verificação. Importa parecer bem sucedido, ser louvado como rico, mesmo que falido ou sem mérito. Uma vez aceito branco, o sujeito já merece boa colocação, daí tantos mulatos negarem ou apagarem as origens. Lima repudia os tipos insignificantes que gozam fama de cientistas, idiotas respeitados como doutores, ou seja, denuncia o grande faz-de-conta, o simulacro nossos de cada dia. Tal senso crítico, aliás, ecoa no *Raízes do Brasil* (1936), quando Sergio Buarque de Holanda afirma que a inteligência, nas famílias tradicionais, seria reles “ornamento e prenda, não instrumento de conhecimento e de ação” (HOLANDA, 1995, p. 83). Um relato de 1905 expressa o inconformismo ante essa máquina de produzir fraudes em sociedade, arte de vestir a mediocridade com luxos de mérito.

De manhã, encontrei um sujeito, que andou aqui na secretaria, a aborrecer-me, para mandar a cópia do decreto que lhe concedia as honras de alferes do Exército. Mandeí. O simplório do homem, mal pagou a patente no Tesouro, meteu-se numa farda de linho branco e, agalado, transita de sua residência para o lugar que trabalha. Vai mais garboso, mais inflamado. E às vezes olha em redor disfarçadamente. Há nessa inspeção desconfiança e orgulho. Desconfiança que os outros militares não o debochem, e orgulho, porque se distingue dos restantes civis. O pobre homem sentia o que todos nós sentimos: a necessidade de lustre. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 77)

Malandragem legal, o truque aí é usar o uniforme da função prestigiada para obter honras sociais e até benefícios econômicos. Para que ser militar corajoso, se posso andar de farda mastigando jargões da caserna? Já o capitão realmente efetivo, vestido à paisana, sequer receberia algum lustre de Caxias. E há outros tantos casos, como o relatado de 1900, quando Lima fala da Escola Politécnica, do modo como alunos, futuros doutores que mal frequentam as aulas, são papagaios repetindo matérias e autores mal lidos, passando-se por entendidos. Décadas depois, na crônica “As Reformas e os ‘Doutores’” (1921), o retrato do ambiente universitário segue pouco abonador. Em vez de formar gente técnica devotada a melhorar o país e atender a população, os republicanos converteram o ensino superior em mero requisito de ingresso, para seus protegidos, nos melhores postos do serviço público. As faculdades, longe dos objetivos científicos e humanistas, reuniriam o “espírito de serviçal da burguesia rica ou dos potentados políticos e administrativos, fazendo sábios e, agora, privilegiados, seus filhos e parentes” (LIMA BARRETO, 1961h, p. 236). Mas o truque contaminava outras esferas. Em 1905, Lima se reporta a clubes dramáticos pavorosos e elogiados na imprensa, sem que nenhum jornalista fosse sequer assistir as encenações. A fraude consistia num dos membros do próprio clube redigir a notícia elogiosa sobre um espetáculo e, depois, entregá-la a um amigo do jornal que a publicasse. Tal prática, evidente, segue atual em se tratando de teatro, literatura, música e mesmo na comunidade científica. A malandragem, com vistas ao lustre ou à colocação, não se confunde ao jeitinho que o pobre dá para sobreviver, por isso jamais obtém perdão na pena de Lima.

Truques denunciados no *Diário Íntimo* aparecem em romances e contos. É quando Lima Barreto funde a militância contra o faz-de-conta ao projeto literário, um dos pilares de sua obra. A redação de *O Globo*, jornal em que trabalha Isaías, em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, está repleta de simulacros, de notícias inventadas, de críticos de mentira. Em *Triste fim de*

Policarpo Quaresma, temos Armando, o médico bronco, marido de Olga, que “traduzia” seus artigos pífios para o português clássico. Com intuito de parecer erudito para a sociedade médica, pastichava o estilo de Antônio Vieira, que mal compreendia, para impressionar poderosos e, assim, parecer merecedor de privilégios ou colocações. Em *O homem que sabia javanês* (1911), o truque é tão absurdo, que remete mesmo ao esquema da farsa medieval (Ver ARNONI PRADO, “Anti-heróis e o truque”, 1989, p. 29-37.). O protagonista Castelo, ignorante na língua de Java, usando de astúcia e de toda ordem de artifícios, faz-se de professor de javanês para o Barão de Jacuecanga. A peça é tão bem pregada que Castelo se garante para o resto da vida. Ele se torna diplomata, participa de congressos de línguas representando o Brasil, e até publica artigos sobre o javanês em revistas especializadas. Castelo, nesse sentido, é ancestral de muita gente saída à sabida, hoje bombando de seguidores em canais da web.

V.

O *Diário Íntimo* forja o homem formado a beira da ruína, tal o Rio de Janeiro. Sob a ótica histórica, as informações sobre cotidiano, hábitos e paisagens da cidade dão conta de rodas literárias, do sistema editorial da época. Fonte documental com datas e fatos; arquivo humano porquanto drama individual vazado pela ancestralidade africana, pela escravidão brasileira, desenha-se a trajetória, no fundo, compartilhada por muitos artistas e intelectuais negros. Espécie de sinfonia temática, é possível seguir uma única linha pelo volume. Para concluir, tomo um tema pessoal trágico, não raro caricaturizado por parte de seus intérpretes: o alcoolismo. Ainda jovem, a consciência alertava Lima Barreto sobre as ciladas do vício. Em 1903, com vinte e dois anos, estabelece como mandamento de vida: “Não beber excesso de cousa alguma” (LIMA BARRETO, 1961d, p. 22). O problema persistiu, e o desavisado julgaria que as portas se fecharam ao escritor menos pela cor que pela bebedeira. Os dois aspectos, todavia, são indissociáveis, pois, no detalhe, “a história desse negro / é um pouco diferente” de “tudo aquilo que você ouviu” (FARIA, 1978), como canta Paulo César Batista de Faria.

Em 1908, o escritor já colhe desprazeres por não compactuar com os acordos do tempo, requisitos do literato bem-sucedido. A ironia aguçada, inclusive contra si mesmo, a crítica extraindo lorpice onde a opinião pública alardeava inteligência, cobrava seu tributo, na forma do elogio protocolar ou do despeito silencioso. Lima Barreto faz-se desgostoso, melancólico crônico. A essa altura, o seio familiar atormentava, o ambiente de trabalho asfixiava, tudo uma enorme barreira intransponível. Poucos reconheciam em que patamar podia chegar com sua arte. Num mundo repleto de aporias, em que

as lutas pareciam virar em nada, tende a justificar o álcool, espécie de poção demoníaca em maiúscula, tentação inevitável. A tragédia do alcoolismo o iguala aos intelectuais fracos que tanto espicaça, tornando-o débil para leitura e abestalhado na escrita.

Vai me faltando a energia. Já não consigo ler um livro inteiro, já tenho náuseas de tudo, já escrevo com esforço. Só o Álcool me dá prazer e me tenta... Oh! meu Deus! Onde irei parar?

Tenho um livro (trezentas páginas manuscritas), de que falta escrever dois ou três capítulos. Não tenho ânimo de acabá-lo. Sinto-o besta, imbecil, fraco, hesito em publicá-lo, hesito em acabá-lo. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 136)

Em 1914, em tom de desencanto, cogita que a bebida, como fuga, cause o círculo vicioso da falta de admissão pública, dentre outras desventuras. Num meio que premia estupidez, suas qualidades literárias são dispensáveis. Dada a retórica direta e combativa, sem carícias ou anestésicos para com a barbárie nacional, sua obra soa a degenerescência do estilo beletrista de entretenimento, assim o mestiço em relação ao branco quando preservasse características negras. Tal frustração, mitigada no álcool, corrói a capacidade de trabalho, podendo, aí sim, justificar, neste meio intelectual, o desprezo ao escritor. Assim, os porres de parati não representam apenas derrota física, mas o golpe naquilo que considera ter de melhor: a inteligência. Esse choque infernal, entre razão criativa e vício irracional, grita nos diários de Lima Barreto, dentro ou fora do hospício, como um *diabolus intus*. Equação sem solução para o engenheiro, que não chegou a se formar, ou para o escritor, cuja formação em deformação acompanhamos de perto. Feito um trítone ensurdecedor.

Não tenho editor, não tenho jornais, não tenho nada. O maior desalento me invade. Tenho sinistros pensamentos. Ponho-me a beber; paro. Voltam eles e também um tédio da minha vida doméstica, do meu viver quotidiano, e bebo. Uma bebedeira puxa a outra e lá vem a melancolia. Que círculo vicioso! (LIMA BARRETO, 1961d, p. 171)

Em 1917, a saúde dá sinais de debilidade e Lima Barreto, perto de ser vencido por tudo que combateu dentro e fora de si, está cada vez mais ciente das renúncias e prestes a desistir, num lento suicídio, várias vezes cogitado. Justo ele, que tanto afirmou ter feito da literatura sua vida e religião. O padrão dessa via dolorosa figura em Leonardo Flores, de *Clara dos Anjos* (1923-1924), o poeta arredio a sinecuras e ao festim literário:

“Nasci pobre, nasci mulato [...]; dia e noite lia e relia versos e autores; dia e noite procurava na rudeza aparente das cousas a ordem oculta que as ligava; [...] A Arte só ama a quem a ama inteiramente” (LIMA BARRETO, 1961a, p. 134-135). Humilhado e ridicularizado, sofrendo alcoolismo e alienação, Leonardo goza de certo reconhecimento nacional, o que apazigua os sacrifícios. Lima teria menos sorte, considerado um *indivíduo que escreve* sem o reconhecimento de *persona literária*. Também no aspecto físico, o vício dá ao crítico dos truques da sociedade a aparência daqueles que alveja. Fuga da sociedade que não o admite, a cachaça o *degenera*, para um vocabulário médico da época, em *porco inofensivo*, à semelhança do personagem Aires d’Ávila.

De há muito sabia que não podia beber cachaça. Ela me abala, combale, abate todo o organismo, desde os intestinos até à enervação. Já tenho sofrido muito com a teimosia de bebê-la. Preciso deixar inteiramente. No dia 30 de agosto de 1917, eu ia para a cidade, quando me senti mal. Tinha levado o mês a beber, sobretudo parati. Bebedeira sobre bebedeira, declarada ou não. Comendo pouco e dormindo sabe Deus como. Andei porco, imundo. (LIMA BARRETO, 1961d, p. 193)

O relato continua com Lima Barreto desmaiado dentro de casa e socorrido pela família, atendido por um médico. Passava longos períodos de beberagem, desconectado do trabalho e da atividade de escritor. Dessa data em diante, os problemas derivados do álcool se agravam, levando-o a estados de alucinação, às vezes seguidos de comportamentos violentos ou embaraçosos. Virão internações, a mais dura é relatada no *Diário do Hospício*, vivida entre dezembro de 1919 e fevereiro de 1920 no Hospício Nacional de Alienados. Ali, reflete que um homem inteligente e negro, no Brasil, não será necessariamente exaltado por seus feitos. Aqueles que o alçaram a talento prodígio, eram os mesmos que agora o olhavam como contínuo, bêbado e mais um mulato que deu errado, conforme esperado pela ideológica racista.

Sou instruído, sou educado, sou honesto, tenho procurado o mais possível ter uma vida pura. Parecia que sendo assim, que – sendo eu um rapaz que, antes dos dezesseis anos, estava numa escola superior (que todos me gabavam a inteligência, e mesmo até agora ninguém nega) – estivesse a coberto de tudo isso. (LIMA BARRETO, 2017, p. 67)

Tão arraigado, urge denunciar o racismo diariamente, sobretudo

nos grandes centros urbanos. Numa de seus raps, Pedro Paulo Soares Pereira frisa o destino do negro mergulhado no esquema ou na “balada” branca, baseada em aparências, consumismo e prazeres dissociados da luta por direitos. Entregue a fatalidade social, “não oferece perigo / viciado, doente, fodido, inofensivo” (PEREIRA, 1997). O curto-circuito no raciocínio de Lima Barreto, inferno psicológico, é se saber um intelectual capaz de fazer a literatura de combate pela justiça. A inteligência parece interdita ao negro e reservada ao branco, como diz uma preta velha sobre os delírios alcoólicos de Leonardo Flores: “É ‘cosa’ feita! Foi inveja da ‘inteligência’ dele! [...] Gente da nossa ‘cô’ não pode ‘te inteligência’!” (LIMA BARRETO, 1961a, p. 94). João Antônio anota que Lima Barreto apresentava a compleição da população dissociada, pela ideologia republicana, do trabalho intelectual, das profissões ditas nobres. “O tipo de mulato comum brasileiro, de situação modesta e, deveria presumir-se senão inculto, um indivíduo de instrução elementar” (ANTÔNIO, 1977, p. 70). A loucura de Lima, para Luiz Silva, associa-se a condição do sujeito afrodescendente dentro da sociedade feita contra ele e, a um só tempo, dependente dele. “Seu nascimento e sua performance provêm do enfrentamento histórico com a condição de excluído, sendo que a loucura surge como um de seus grandes índices, juntamente com a morte que, inclusive, pode tê-la como sua primeira etapa” (SILVA, 2005, p. 105). Assim o alcoolismo que, agente da insanidade entre negros e mulatos, era tratado pelas práticas manicomial vindas do século XIX como mal da raça e do clima.

O patriarca da psiquiatria brasileira, Juliano Moreira, também afrodescendente, via no alcoolismo antes uma doença social que hereditária. Partícipe da ideologia que apostava na medicina, segundo Ana Maria Oda e Paulo Dalgalarondo, “como norteadora do processo de definição da nacionalidade e da modernização do país” (ODA; DALGALARRONDO, 2000, p. 178), defensora da higienização mental e do saneamento urbano, Moreira, entretanto, reivindicava a humanização do alienado e a substituição do determinismo atávico pelo social. Era um avanço pensar que as condições históricas e econômicas condicionavam o vício, e não a raça africana ou o clima tropical. Para José Paulo Antunes Teixeira, o pioneiro médico atribuía a origem dos “hábitos intoxicantes”, ainda hoje um desafio da nossa saúde pública, à maneira como a população negra fora “integrada ao território brasileiro” (TEIXEIRA, 2011, p. 10). Diretor do Hospício Nacional de Alienados de 1903 a 1930, Juliano Moreira tratou Lima Barreto, detinha uma perspectiva histórica e até certa ironia aparentada a do escritor. Em 1905, apontava o alcoolismo como resultado da escravidão, e não da genética africana ou mestiça. Durante o “bárbaro processo de colonização”, o álcool desempenhou a função de apaziguar as “vítimas, mas simultaneamente foram-se-lhes infiltrando nos neurônios os elementos degenerativos que,

reforçados através do tempo, dão a razão de ser de muita tara atual, atribuída à raça e à mestiçagem” (MOREIRA, 2016, p. 729). A cachaça fora uma espécie de amansa corpos e mentes, ferramenta eficiente de dominação, espécie de lobotomia química.

O espaço urbano e a herança escravocrata são, no *Diário Íntimo*, faces do mesmo Lima Barreto. A desgraça do alcoolismo não vem da moral fraca ou da biologia dita inferior, mas da ideologia que destinava para essa população o inferno social. Amplificando a tese de Moreira, a doença de Lima seria o próprio Rio de Janeiro, que maltratava negros, pobres, suburbanos. O corpo e a mente adoentados, nesse sentido, são a própria representação da cidade degenerada, não na acepção racial, e vice-versa. No *Diário do Hospício*, o escritor acusa os médicos, munidos de leituras estrangeiras mas cegos às condições específicas do Brasil, de prescrever diagnósticos genéricos que ignoravam o peculiar de cada caso. Reconhece, no entanto, Juliano Moreira, fazendo questão de chamá-lo doutor. Há certa identificação entre eles, talvez até certa cumplicidade, por isso Lima Barreto registra a escuta e cuidado do psiquiatra, isento de truculência ou despeito. “Tratou-me com grande ternura, paternalmente, não me admoestou. Fez-me sentar a seu lado e perguntou-me onde queria ficar” (LIMA BARRETO, 2017, p. 40-1). Cena simbólica, literatura e medicina, ambas influentes na construção da nação, praticadas por afrodescendentes sagazes, ombro a ombro. Era possível, nessa “África disfarçada”, a república racialmente democrática? Só furando horizontes, contra o diabo do racismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo e ideologia. In: *Racismo estrutural* [2019]. São Paulo: Jandaíra, 2020. p. 59-82.

ANDRADE, Oswald de. 33. Veleiro. In: *Memórias Sentimentais de João Miramar* [1924]. Prefácio de Haroldo de Campos. São Paulo: Globo, 1990. p. 33.

ANTÔNIO, João. *Calvário e porres do pingente Afonso Henriques de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

ANTÔNIO, João. Três cunhadas – Natal 1960. In: *Leão-de-Chácara* [1975]. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1976. p. 19-32.

ARNONI PRADO, Antônio. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ARNONI PRADO, Antônio. Um exílio na metáfora: *Cemitério dos vivos e*

Memórias do cárcere. In: *Trincheiras, palcos e letras*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 217-29.

BARBOSA, Francisco de Assis. Nota prévia. In: LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Diário Íntimo* [1953]. Prefácio Gilberto Freyre. São Paulo: Brasiliense, 1961a. p. 19-21.

BARBOSA, Francisco de Assis. Prefácio. In: LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* [1909]. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961b. p. 9-29.

BOSI, Alfredo. O romance social: Lima Barreto. In: *História concisa da literatura brasileira* [1970]. São Paulo: Cultrix, 1994. p. 316-24.

BRAYNER, Sonia. Lima Barreto: mostrar ou significar. In: *Labirinto do espaço romanesco: tradição e renovação da literatura brasileira, 1880-1920*. Rio de Janeiro; Brasília: Civilização Brasileira; INL, 1979. p. 145-76.

CÂNDIDO, Antônio. Os olhos, a barca e o espelho. In: *A educação pela noite e outros ensaios* [1987]. São Paulo: Ática, 2000. p. 47-60.

CHAUVIN, Jean Pierre. Alienação e memória em Lima Barreto. In: *Belle Époque: crítica, arte e cultura*. Organização Carmem Negreiros, Fátima Oliveira e Rosa Gens. São Paulo: Editora Intermeios, 2016. p. 177-94.

DAMATTA, Roberto. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* [1979]. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 187-248.

FARIA, Paulo César Batista de (Paulinho da Viola). Uma história diferente. In: *Paulinho da Viola*. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1978.

FREYRE, Gilberto. O Diário Íntimo de Lima Barreto. In: LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Diário Íntimo* [1953]. São Paulo: Brasiliense, 1961. p. 9-16.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961. p. 9-19.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Herança rural. In: *Raízes do Brasil* [1936]. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 71-92.

LEJEUNE, Philippe. Autobiografia e ficção [2005]. In: *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 120-7.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Clara dos Anjos* [1923-1924]. Prefácio Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961a.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. Dentes Negros e Cabelos Azuis [1918]. In: *Histórias e Sonhos* [1920]. Prefácio Lúcia Miguel-Pereira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961b. p. 98-103.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. O Destino da Literatura [1921]. In: *Impressões de Leitura* [1953]. Prefácio Manoel Cavalcante Proença. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961c. p. 51-69.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Diário do Hospício* [1953] e o *Cemitério dos Vivos* [1921]. Prefácio Alfredo Bosi. Organização e notas Augusto Massi e Murilo Marcondes Moura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Diário Íntimo* [1953]. Prefácio de Gilberto Freyre. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961d.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. O homem que sabia javanês [1911]. In: *Clara dos Anjos* [1923-1924]. Prefácio Sérgio Buarque de Holanda. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961e. p. 237-46.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* [1909]. Prefácio Francisco de Assis Barbosa. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961f.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Triste fim de Policarpo Quaresma* [1915]. Prefácio de Oliveira Lima. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961g.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. A universidade [1920]; As Reformas e os “Doutores” [1921]. In: *Feiras e Mafuás: artigos e crônicas* [1953]. Prefácio Jackson de Figueiredo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961h. p. 118-21; p. 229-40.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* [1919]. Prefácio Alceu Amoroso Lima. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961g.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Missa do Galo. In: *Páginas Recolhidas* [1899]. São Paulo: Globo, 1997. p. 53-62.

MARTINS, Eliete Marim. O diário – retrato socialmente engajado. In: *Diário íntimo – documento da memória, criação estética – uma dupla leitura*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade de Brasília, 2008. p. 64-75.

MOREIRA, Juliano. *Notícia sobre a evolução da Assistência a alienados no*

Brasil Diretor do Hospital Nacional de Alienados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. 729. Apud RIOS, Iara Nancy A. “Juliano Moreira: modernidade e civilização na primeira república brasileira”. In: Bahia com História – Revista Eletrônica da Biblioteca Virtual Consuelo Pondé, n. 3, mar. de 2016. Online: <http://bahiacomhistoria.ba.gov.br/?artigos=artigo-juliano-moreira-modernidade-e-civilizacao-na-primeira-republica-brasileira> Acesso: 24mai2014

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira – Um psiquiatra negro frente ao racismo científico. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 178, 2000.

PEREIRA, Pedro Paulo Soares (Mano Brown). Capítulo 4, Versículo 3. In: RACIONAIS MC’S. *Sobrevivendo no Inferno*. São Paulo: Cosa Nostra, 1997.

PROUDHON, Pierre-Joseph. O nascimento da anarquia: a morte da propriedade [1876]. In: *Os grandes escritos anarquistas* [1981]. Seleção, introdução e notas George Woodcock. Tradução Júlia Tettamanzi e Betina Becker. Porto Alegre: L&PM, 2019. p. 68-75.

RESENDE, Beatriz. A representação do Rio de Janeiro nas crônicas de Lima Barreto. In: *Sobre o Pré-Modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. p. 107-14.

ROMERO, Sílvio. A nação brasileira como grupo etnográfico e produto histórico. In: *História da Literatura Brasileira – Vol. I* [1888]. Organização e prefácio Nelson Romero. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio; INL, 1980. p. 98-103.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Bebida, boemia e desânimo: a primeira internação. In: *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 254-87.

SOUZA, Jessé. A escravidão é nosso berço. In: *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017. p. 36-72.

SILVA, Luiz (Cutí). Loucura e cura. In: *A consciência do impacto nas obras de Cruz e Sousa e de Lima Barreto*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária, Universidade Estadual de Campinas, 2005. p. 96-106.

TEIXEIRA, José Paulo Antunes. O discurso de Juliano Moreira: a loucura como alvo da ciência na Bela Época carioca. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, jul. 2011.

Recebido em: 10 jul. 2024
Aprovado em: 30 set. 2024